

## UNIVERSIDADE: INSTÂNCIA LEGITIMADORA DA LITERATURA?

Luís Fernando Prado Telles (UNIFESP)

### Resumo

A literatura canônica depende, segundo a perspectiva de alguns teóricos, daquilo que se designa como instâncias de legitimação. Os atores de tais instâncias frequentemente invocados são os órgãos de imprensa especializada; intelectuais renomados; associações e academias literárias, bem como os meios e instrumentos da universidade. A presente comunicação pretende pensar a universidade como instância legitimadora da literatura e do cânone a partir de um estudo de caso. Para tanto, são trabalhados dados quantitativos e qualitativos relativos aos currículos, programas de ensino e à produção de pesquisa em nível de pós-graduação (dissertações de mestrado e teses de doutorado), no campo da literatura, em duas importantes universidades do Brasil, a Universidade de São Paulo e a Universidade Estadual de Campinas. Tais dados derivam de uma pesquisa mais abrangente, desenvolvida inicialmente em nível de pós-doutorado (USP/FAPESP), cujo projeto inicial procurou investigar o estabelecimento da literatura portuguesa como área de ensino e de pesquisa nas universidades brasileiras.

**Palavras-chave:** universidade; currículo; pesquisa em literatura; instância legitimadora; cânone literário.

Uma das questões que se apresentam em primeiro plano quando se coloca o debate a respeito da relação entre literatura e ensino é a polêmica acerca do cânone literário. Para ter sua existência garantida, a literatura canônica dependeria, segundo a perspectiva de alguns de seus comentadores e críticos, daquilo que se entende por instâncias de legitimação.

Sem que entremos, aqui, numa discussão teórica mais cerrada sobre o conceito de cânone literário, é possível constatar essa ideia da instância legitimadora em vários discursos teóricos, tais como, por exemplo, o de Jonathan Culler, que considera que o cânone diz respeito “às obras regularmente estudadas nas escolas e universidades e consideradas como formando ‘nossa herança literária’.”(1999, p.53). No Brasil, discurso parecido vemos reverberar na voz de Abreu, ao ponderar que para uma obra ser considerada grande literatura é necessário que seja declarada literária pelas “chamadas ‘instâncias de legitimação’”. Essas instâncias são várias: a universidade, os suplementos culturais dos grandes jornais, as revistas especializadas, os livros didáticos, as histórias literárias, etc.” (ABREU, 2006, p.49).

O que a presente comunicação pretende é inserir alguns elementos objetivos nesse debate, de modo que possam municiar a discussão sobre a universidade como o lugar, por excelência, de instância legitimadora da literatura e, conseqüentemente, promotora do canônico.

Para tanto, apresento a seguir alguns dados resultantes de pesquisa por mim realizada entre os anos de 2013 e 2014, em nível de pós-doutorado, cujo projeto inicial propôs-se a investigar o estabelecimento da literatura portuguesa como área de ensino e de pesquisa nas universidades brasileiras<sup>1</sup>. Como um estudo de caso, a presente análise tem, obviamente, as suas limitações impostas pelo recorte da pesquisa.

A apresentação organiza-se em três momentos.

No primeiro, procuro apresentar a distribuição dos conteúdos dos programas de ensino de Literatura Portuguesa que se fizeram presentes nos cursos de Letras da USP desde a década de setenta até a atualidade. Neste momento, busco explicitar os padrões de organização de conteúdo nos programas de ensino e depreender destes os critérios de eleição<sup>2</sup>. No segundo, apresento os dados relativos à produção de pesquisa na área de literatura portuguesa na Universidade de São Paulo e, complementarmente, alguns dados referentes à produção de pesquisa em literatura na Universidade Estadual de Campinas.<sup>3</sup> No terceiro, tento estabelecer possíveis relações entre o ensino em nível de graduação e a produção de pesquisa na área, a fim de construir elementos para o estabelecimento das bases para a discussão sobre a questão colocada inicialmente.

### **A presença da literatura portuguesa nos cursos de letras da USP:**

Foi na década de setenta que se deu a transição da organização da área de Literatura Portuguesa, a qual, antes constituída como uma cadeira, passou, a partir dessa

---

<sup>1</sup> O projeto inicial intitulava-se *A presença da Literatura Portuguesa no Brasil: percursos e percalços do ensino e da pesquisa no processo de constituição da área de Literatura Portuguesa nas universidades brasileiras*. A pesquisa teve como sede a Universidade de São Paulo (USP) e foi desenvolvida no âmbito do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Pesquisa financiada pela FAPESP (Processo 2013/07623-3).

<sup>2</sup> Os dados apresentados nesse passo resultam de um levantamento realizado em pesquisa de campo nas Secretarias Acadêmicas de Graduação e de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – FFLCH, da Universidade de São Paulo – USP. Os documentos consultados incluem os arquivos constantes em tais secretarias situadas no prédio da administração, que correspondem aos programas das disciplinas, catálogos de cursos e aos Anuários da Faculdade, publicados desde o ano de 1934. A análise de tais documentos permitiu uma reconstrução de um histórico dos programas das disciplinas da área de Literatura Portuguesa, apesar de haver lacunas em relação a alguns períodos, devido à falta de documentação arquivada.

<sup>3</sup> Os dados constantes desse segundo momento foram já apresentados em duas outras publicações, de modo mais completo. Primeiramente, numa comunicação submetida ao último congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, intitulada *A presença da Literatura Portuguesa nas pesquisas de pós-graduação na Universidade de São Paulo* (XI Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Mindelo, Cabo Verde, 21-25 de Julho de 2014) e, posteriormente, em artigo intitulado *A literatura como objeto de conhecimento: notas sobre o cânone e a pesquisa acadêmica* (In: *Revista FronteiraZ*. No. 14. São Paulo: PUC-SP, 2015, pp. 30-50). Recupero, aqui, portanto, de modo sintético, as informações e análises já apresentadas nessas duas publicações.

década, a ter o estatuto de disciplina, conforme é hoje<sup>4</sup>. A disciplina organizou-se, portanto, a partir de seis níveis, em seis semestres sequencialmente.

Pela análise dos documentos das décadas de 70, 80 e 90, é possível perceber que, via de regra, os programas de Literatura Portuguesa I eram reservados ao estudo panorâmico da literatura, percorrendo desde o período medieval até o modernismo português. Já quanto às disciplinas II, III e IV é possível observar uma variação, uma alternância quanto à escolha dos períodos histórico literários, ora prevalecendo o estudo do trovadorismo, ora do barroco, ora do romantismo, ora do realismo, ora do simbolismo, ora do modernismo ou até mesmo do neorrealismo. As disciplinas V e VI eram reservadas ao estudo da obra de Camões e de Fernando Pessoa, respectivamente. No quadro que segue, procurei indicar os conteúdos trabalhados ao longo dos seis níveis de disciplinas de Literatura Portuguesa, conforme os documentos encontrados durante a pesquisa.

Conteúdo das disciplinas de Literatura Portuguesa: década de 70 a 90						
Anos	Literatura Portuguesa I	Literatura Portuguesa II	Literatura Portuguesa III	Literatura Portuguesa IV	Literatura Portuguesa V	Literatura Portuguesa VI
1973	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Romantismo: prosa	Realismo: prosa	Simbolismo: poesia	Camões	Fernando Pessoa
1974	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Romantismo: prosa	Realismo: prosa	Simbolismo: poesia	Camões	Fernando Pessoa
1975	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Barroco: prosa	Romantismo: poesia	Realismo: prosa	Camões	Fernando Pessoa
1976	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Arcadismo	Romantismo: prosa	Simbolismo: poesia	Camões	Fernando Pessoa
1977	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Classicismo: poesia	Realismo: prosa	Simbolismo: prosa	Camões	Fernando Pessoa
1978	Panorama: Idade Média ao Séc. XIX	Romantismo: prosa	Realismo: poesia	Modernismo: prosa	Camões	Fernando Pessoa
1979	Panorama: Idade Média ao Séc. XIX	Romantismo: prosa	Realismo: poesia	Modernismo: prosa	Camões	Fernando Pessoa
1980	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Classicismo: poesia	Realismo: prosa	Simbolismo: prosa	Camões	Fernando Pessoa
1981	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Barroco: parênética	Realismo: poesia	Modernismo: prosa	Camões	Fernando Pessoa
1982	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Trovadorismo: poesia	Romantismo: prosa	Modernismo: poesia	Camões	Fernando Pessoa
1983	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Romantismo: poesia	Realismo: prosa	Modernismo: poesia	Camões	Fernando Pessoa
1984	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Arcadismo: poesia	Realismo: prosa	Simbolismo: poesia	Camões	Fernando Pessoa
1985	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Classicismo: épica	Romantismo: prosa	Modernismo: conto	Camões	Fernando Pessoa
1986	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Barroco: prosa	Realismo: prosa	Simbolismo: poesia	Camões	Fernando Pessoa
1987	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Idade Média: poesia	Realismo: prosa	Modernismo: poesia	Camões	Fernando Pessoa
1988	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Idade Média: prosa	Realismo: prosa	Modernismo: poesia	Camões	Fernando Pessoa
1989	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Humanismo: teatro	Romantismo: poesia	Modernismo: conto	Camões	Fernando Pessoa
1990	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Barroco: prosa	Realismo: prosa	Simbolismo: poesia	Camões	Fernando Pessoa
1991	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Arcadismo: poesia	Romantismo: prosa	Modernismo: poesia	Camões	Fernando Pessoa
1992	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Trovadorismo: poesia	Realismo: romance	Simbolismo: poesia	Camões	Fernando Pessoa
1993	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Humanismo: teatro	Romantismo: conto	Presencismo: poesia	Camões	Fernando Pessoa
1994	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Romantismo: prosa	Realismo: poesia	Modernismo: poesia	Camões	Fernando Pessoa
1995	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Barroco: prosa	Realismo: romance	Modernismo: Orpheu	Camões	Fernando Pessoa
1996	Panorama: Idade Média ao Séc. XX	Arcadismo: poesia	Simbolismo: poesia	Neorrealismo: prosa	Camões	Fernando Pessoa

1. Quanto ao ano de 1970, segundo documento consultado, não houve publicação dos programas de ensino do DLCV para este ano.  
2. Não foram encontrados programas das disciplinas de Literatura Portuguesa referentes aos anos de 1971 e 1972, bem como dos anos de 1997, 1998 e 1999.

<sup>4</sup> O Decreto n° 52. 326, de 1966, “definiu, em seu artigo 4º, as Unidades Universitárias nas quais os Departamentos, com as disciplinas afins, constituíram as menores frações da Universidade, no seu artigo quinto, enumerou, em décimo terceiro lugar, e já com a denominação que tem hoje, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.” Em 15 de Janeiro de 1970, “a portaria GR 1.023 elencou as disciplinas e as áreas de Letras, depois agrupadas nos termos do Artigo 14 da Portaria GR 1380, de 01 de fevereiro de 1971, ficando a disciplina de Literatura Portuguesa confirmada entre as do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, conforme hoje está.” Cf. SANTILLI, Maria Aparecida. *Literatura Portuguesa*. In: **Estudos Avançados**. 8 (22), 1994. Pp. 427-428.

É possível depreender dessa forma de organização dos conteúdos uma certa vontade de totalização de períodos, gêneros e autores, como se a variação projetada ao longo do tempo garantisse o cumprimento de todo um conteúdo da historiografia literária portuguesa. É patente, pois, que há tanto um movimento de fixação de conteúdos quanto de flexibilização. Ou seja, há um padrão de permanência, pautado no critério historiográfico literário demarcado pelos períodos e, dentro deles, as possibilidades de variações, quanto a gêneros, autores e obras. Há, portanto, uma variação dentro da fixidez. Se não nos prendermos apenas às rubricas dos períodos literários no quadro acima indicado e descermos ao miúdo dos conteúdos programáticos, veremos que até os programas que têm como tema guia um mesmo período acabam por diferir na composição do conteúdo, na escolha de obras e autores.

Por exemplo, se considerarmos os programas de 1981, a disciplina de Literatura Portuguesa I apresentava um grande panorama, indo desde o trovadorismo até o estudo da obra de Agustina Bessa Luís; na disciplina de Literatura Portuguesa II, abordava-se o período do barroco, em especial a obra do Pe. Vieira e do Pe. Manuel Bernardes; na Literatura Portuguesa III abordava-se o período do realismo, em especial as obras de Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Cesário Verde e Gomes Leal; em Literatura Portuguesa IV abordava-se o modernismo, com as obras de José Régio, José Rodrigues Miguéis, Miguel Torga, Branquinho da Fonseca, Vitorino Nemésio e Irene Lisboa; em Literatura Portuguesa V o conteúdo ainda permanecia sendo Camões e na Literatura Portuguesa VI, Fernando Pessoa. Em 1982 houve alguma mudança quanto à opção de periodização: a Literatura Portuguesa I continuou a apresentar um panorama histórico abrangente, contudo não foram abordados os mesmos autores; já a Literatura Portuguesa II abordava o Trovadorismo; na Literatura Portuguesa III saltava-se para o estudo do romantismo, especificamente as obras de Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis e Almeida Garrett; na Literatura Portuguesa IV passava-se para o estudo do modernismo e de autores do neorrealismo, tais como José Gomes Ferreira, Carlos de Oliveira e Manuel da Fonseca; na Literatura Portuguesa V voltava-se ao estudo da obra de Camões e, na Literatura Portuguesa VI, à obra de Fernando Pessoa. Apenas por esse demonstrativo, é possível, pois, percebermos um padrão tanto para a permanência de certas ementas e conteúdos, quanto para as variações.

Sobre essa forma de organização, vale a menção a um texto da autoria do professor Massaud Moisés, publicado no *Boletim do Centro de Estudos Portugueses* no

ano de 1976. Nesse texto, intitulado “O ensino da Literatura na Universidade”<sup>5</sup>, o professor Moisés explica o modo como foi pensada a dinâmica de distribuição dos conteúdos das disciplinas de Literatura Portuguesa a partir da década de 1970, bem como os critérios utilizados e os objetivos de tal distribuição. Inicia tal texto dizendo o seguinte:

...uma vez que a Disciplina é ensinada em quatro semestres obrigatórios e dois facultativos, não é possível abranger todas as épocas em que se desenvolve a Literatura Portuguesa. É forçoso, por isso, escolher algumas épocas, em função de uma escala, e alterná-las continuamente a fim de que possam ser estudadas no decurso de três anos, que é a duração máxima dos estudos na área. (MOISÉS, 1976, p.2).

A partir desse pressuposto, Moisés passa a discorrer sobre a organização dos demais semestres. O primeiro semestre, panorâmico, teria por função primeira suprir as “falhas e ausências do curso secundário” e orientar o estudo particularizado que se realizaria nos semestres posteriores, de modo a contextualizá-los. Argumenta Moisés que a “tensão texto/contexto constitui, portanto, o cerne do curso panorâmico”, uma vez que as nove obras que integrariam esse semestre também “obedecem a um sistema de rodízio, tendo em vista articular o primeiro semestre com os subsequentes” (Moisés, 1976, p. 2). Já o segundo semestre, diz Moisés, é reservado ao estudo de uma época, para tanto, os autores e textos são selecionados dentre os “melhores e os mais representativos da época” (Moisés, 1976, p. 3). Já o terceiro e quarto semestres, nas palavras do professor, seriam dedicados ainda ao estudo de época, mas agora “centrando a atenção num gênero, ao mesmo tempo que se focaliza o contexto, a atenção converge para obras pertencentes ao mesmo gênero (poesia ou prosa), do mesmo autor ou não.”(Moisés, 1976, p. 4). O quinto e sexto semestres são de cunho monográfico, em torno de autores, como diz, “julgados fundamentais”, Camões e Fernando Pessoa. Massau Moisés arremata sua explicação considerando o seguinte:

Fixos, portanto, são os extremos: o panorama e os cursos monográficos. Além das mudanças de textos no caso do panorama, as alterações substanciais dão-se nos semestres dois, três e quatro. Seu conteúdo se altera segundo um plano trienal, mas ainda quando o mesmo conteúdo retorna, tem-se o cuidado de não repetir autores ou textos.” (Moisés, 1976, p.4).

---

<sup>5</sup> MOISÉS, Massaud. O ensino da literatura na Universidade. *Boletim Informativo do Centro de Estudos Portugueses*. 2ª Série/ Ano I/ No.3. São Paulo: FFLCH/Universidade de São Paulo Mar./ Abr. 1976. pp. 2-5. Esse texto reproduz comunicação proferida em 25 de outubro de 1975, na Universidade de Alagoas.

Apesar de um currículo como o da USP apresentar-se rígido e totalizante na sua macroestrutura, na microestrutura é conduzido a uma variação, a um padrão de fluidez. Há, indiscutivelmente, um reforço do canônico pelos critérios de eleição pautados pela historiografia e pelo grau de importância dado a certos autores e obras.

Cabe lembrar que, pelo menos pela análise dos programas pesquisados, essa estrutura de distribuição perdurou por mais de trinta anos na história da disciplina na USP, vindo a modificar-se substancialmente apenas nos anos dois mil, conforme demonstra o quadro que segue:

Anos	Conteúdos das disciplinas de Literatura Portuguesa: 2000 a 2014					
	Literatura Portuguesa I	Literatura Portuguesa II	Literatura Portuguesa III	Literatura Portuguesa IV	Literatura Portuguesa V	Literatura Portuguesa VI
2000	Panorama: Trovadorismo ao Arcadismo	Romantismo: poesia e prosa	Realismo: prosa	Modernismo: Orpheu e Presença	Camões	Fernando Pessoa
2001	Panorama: Trovadorismo ao Arcadismo	Romantismo: poesia e prosa	Realismo: prosa	Simbolismo e Modernismo	Camões	Fernando Pessoa
2002	Panorama: Trovadorismo ao Arcadismo	Romantismo: poesia e prosa	Realismo: prosa	Simbolismo e Modernismo	Camões	Fernando Pessoa
2003	Panorama: Trovadorismo ao Arcadismo	Camões	Romantismo: prosa Realismo: prosa	Realismo: poesia; Simbolismo: poesia Saudosismo; Decadentismo	Modernismo: várias gerações	Poesia e prosa contemporâneas
2004	Panorama: Trovadorismo ao Arcadismo	Camões	Romantismo: prosa Realismo: prosa	Realismo: poesia; Simbolismo: poesia Saudosismo; Decadentismo	Modernismo: várias gerações	Poesia e prosa contemporâneas
2005	Panorama: Trovadorismo ao Arcadismo	Camões	Romantismo: prosa Realismo: prosa	Realismo: poesia; Simbolismo: poesia Saudosismo; Decadentismo	Modernismo: várias gerações	Poesia e prosa contemporâneas
2006	Panorama: Trovadorismo ao Arcadismo	Camões	Romantismo Realismo	Romantismo; Realismo; Simbolismo	Modernismo ao neo- realismo	Poesia e prosa contemporâneas
2012 2013 2014	Século XII ao XVII: Trovadorismo ao Barroco	Século XVIII e XIX	Séculos XIX e XX	Séculos XX e XXI	Temas da cultura portuguesa	Autores da cultura portuguesa

Não foram localizados os programas das disciplinas ofertadas entre os anos de 2007 a 2011

Apesar da alteração ocorrida, de acordo com o quadro acima apresentado, é possível concluir que mesmo a partir dos anos dois mil, o critério de organização dos semestres continuou a seguir o mesmo padrão do que fora utilizado desde a década de setenta até a década de noventa, prevalecendo o panorama no primeiro semestre, a variação de estilos de épocas nos três semestres seguintes e ficando os dois últimos semestres (não obrigatórios) reservados aos autores eleitos como canônicos para a área, já que durante trinta anos figuraram como temas monográficos nessas duas disciplinas: uma dedicada a Camões e a outra a Fernando Pessoa. Só a partir do ano de 2003 é que houve uma alteração mais sensível na organização dos programas, sendo que o primeiro semestre, apesar de panorâmico, ficou sendo reservado apenas aos períodos do trovadorismo e do arcadismo, vindo, na sequência, no segundo semestre, o estudo da obra de Camões. O terceiro e quarto semestres ficaram reservados, respectivamente, ao estudo da prosa do romantismo e do realismo e ao estudo da poesia realista, simbolista e saudosista-decadentista. O quinto semestre ficou reservado ao estudo dos movimentos modernistas, ao passo que o sexto passou a contemplar a literatura contemporânea.

A partir dos programas de 2012, é possível perceber uma outra mudança no critério de organização dos semestres. O critério de distribuição dos conteúdos deixa de ser o do estilo/época e passa a ser prioritariamente o caráter temporal, demarcado pelos séculos. Há, pois, uma tentativa de estabelecimento de um critério minimamente objetivo. O primeiro semestre dá conta de cobrir o período do século XII ao XVII; o segundo, os séculos XIX e XX; o terceiro, os séculos XX e XXI. Já os não obrigatórios, referentes ao quinto e sexto semestres, passaram a ser organizados pelos critérios de “temas da cultura portuguesa” e de “autores da cultura portuguesa”. Não foi possível saber a partir de quando se deu tal mudança, já que não foram encontrados documentos referentes aos anos de 2009 a 2011.

Em resumo, a organização da disciplina de Literatura Portuguesa na USP, em seus seis níveis, parece ter seguido dois princípios: 1º Panorâmico: historiográfico-ascendente baseado no estilo/época (variando ao longo do período de distribuição de acordo com gêneros e autores); 2º Especialização (de cunho monográfico): princípio canônico baseado no autor, não há variação entre autores canônicos nas disciplinas de especialização, eles são tomados como monumentos incontornáveis e indispensáveis: Camões e Pessoa. De 2000 a 2006, há outros dois modelos, que são fixos ao longo do tempo. Não há mais o sistema de rodízio, de alternância de períodos e gêneros literários, mas a distribuição ainda obedece os critérios indicados no item um. Já de 2010 para frente, há outro modelo, o princípio de organização passa a ser o temporal, por séculos; e o quinto e sexto semestres passam a ser organizados segundo princípios de temas e autores não mais fixos.

O que parece ser possível de depreender desse estudo de caso é que o compromisso com o canônico é efetivado em sua totalidade da perspectiva institucional da docência e não necessariamente do alunado, tendo em vista o pressuposto de que a área deve dar conta de completar o espectro canônico da literatura portuguesa ao longo do tempo, mas não em relação à formação do aluno, no sentido individual. O que resta da fatura, neste caso, é o fato de que, mesmo no interior do universo canônico, haverá sempre um processo de eleição e de exclusão; o que, de certa forma, faz com que o ensino organizado a partir de princípios canônicos acabe por desautorizar os seus próprios pressupostos, a saber, o da essencialidade e indispensabilidade de determinados autores e obras na formação de um estudante de Letras.

Curiosamente, o estudo apresentado parece demonstrar que o processo de legitimação da literatura promovido no interior da universidade, nesse caso, é baseado

no reforço do canônico. Contudo, esse reforço é, em seu interior, contraditório, uma vez que admite o ocultamento sazonal de determinados autores e obras canônicas. A legitimação não se dá, pois, no sentido da inclusão no rol do canônico daquilo que outrora não era legítimo, ocorre, sim, no sentido apenas de cancelar aquilo que já é dado como legítimo.

Vejamos, agora, como o processo de eleição ocorre no âmbito da produção de pesquisa na área de literatura, mais precisamente nas dissertações de mestrado e teses de doutorado.

### **A produção de pesquisa em literatura portuguesa:**

Foram analisadas as informações que integram a base de dados que alimenta o sistema de buscas ao banco de teses e dissertações que se encontra disponibilizado no site da Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP (<http://pos.fflch.usp.br/bancodefesas>). Esse banco de defesas contém todas as teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas desde o ano de 1937 até a atualidade. No momento da pesquisa, o período compreendido ia até o mês de novembro de 2013; não se encontram contabilizadas, portanto, as defesas do ano de 2014 e 2015.

A partir de tal levantamento, foram identificados 548 títulos, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, que estabeleciam a literatura portuguesa como campo de investigação. Foi possível verificar que a maioria dos trabalhos utilizava como critério metodológico a delimitação do autor literário como escopo de investigação. Em razão disso, foi possível isolar 138 nomes de autores que figuram nos referidos trabalhos. É interessante observar que apenas os vinte primeiros autores listados estão presentes em mais da metade dos trabalhos sobre literatura portuguesa existentes no DLCV, mais especificamente 51,5 % .

	<b>Autor</b>	<b>Quant.</b>		<b>Autor</b>	<b>Quant.</b>
1	José Saramago	<b>51</b>	11	Mário de Sá Carneiro	<b>10</b>
2	Eça de Queiroz	<b>30</b>	12	Almeida Faria	<b>9</b>
3	Fernando Pessoa	<b>20</b>	13	Lídia Jorge	<b>9</b>
4	Camilo Castelo Branco	<b>18</b>	14	Almada Negreiros	<b>8</b>
5	Carlos de Oliveira	<b>16</b>	15	Camões	<b>8</b>
6	Sophia de Mello Breyner Andresen	<b>16</b>	16	Maria Judite de Carvalho	<b>8</b>
7	Gil Vicente	<b>14</b>	17	Vergílio Ferreira	<b>8</b>
8	José Cardoso Pires	<b>13</b>	18	Vitorino Nemésio	<b>8</b>
9	António Lobo Antunes	<b>12</b>	19	Herberto Helder	<b>8</b>
10	Camilo Pessanha	<b>12</b>	20	Bernardo Santareno	<b>7</b>



A visível concentração em certos autores chama a atenção em alguns casos, como é o de José Saramago, com 51 trabalhos, o que contabiliza quase 10% de todos os trabalhos que tiveram como foco a literatura portuguesa ao longo de todo o período aqui investigado. Parece ser impossível desconsiderar o fato de que se trata de um dos autores de literatura portuguesa mais populares e que mais têm ocupado espaço na mídia ao longo das últimas décadas, principalmente depois que foi agraciado com o Prêmio Nobel, na década de 1990. Além disso, há os casos já esperados de autores como Eça de Queiroz (30 trabalhos), Fernando Pessoa (20 trabalhos) e Camilo Castelo Branco (18 trabalhos), que seguem José Saramago. Os quatro autores juntos aparecem em 119 trabalhos, o que representa mais de um quinto das pesquisas e corresponde a aproximadamente 21,7 % de todas as teses e dissertações realizadas com autores portugueses durante oito décadas.

Se considerarmos o caso de Camões, talvez o grande paradigma canônico da literatura em língua portuguesa, vemos que está distante em termos numéricos dos autores mais estudados. Por curiosidade, apenas, vemos que o número de trabalhos sobre Camões (8) é bem menor, por exemplo, do que o número de trabalhos sobre canção e música popular brasileira desenvolvidos na área de Literatura Brasileira do DLCV: um levantamento na mesma base de dados pesquisada nos indica que há 13 trabalhos sobre música popular. O mesmo levantamento realizado na USP foi feito no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e os resultados pareceram caminhar na mesma direção. Ao todo, foram contabilizados 30 autores portugueses estudados, sendo que tais autores distribuem-se em 45 ocorrências. Os que lideram em quantidade de ocorrências são Eça de Queirós, José Saramago e, curiosamente, Gil Vicente, com três aparições cada. Camões, por seu turno, figura em apenas um trabalho como objeto de estudo. Por outro lado, há pelo menos três teses sobre literatura de cordel e três sobre música popular brasileira.

Segundo os números acima apresentados, particularmente os referentes aos casos de Saramago e de Camões, aquela premissa de que a universidade seria o local da salvaguarda dos clássicos e da legitimação do cânone talvez não faça tanto sentido (no caso da produção resultante da pesquisa) se considerarmos que há forças outras que parecem guiar o interesse dos supostos leitores especializados de literatura.

### **O confronto dos dados: uma síntese possível?**

O que os dados provenientes desse breve estudo de caso parecem revelar é que apesar de o espaço acadêmico da pesquisa em literatura poder apresentar-se como um lugar de descoberta, propício a retirar da zona do oculto obras e autores, no sentido de lhes conferir legitimidade nos estudos literários (como é o caso incipiente da canção popular ou da literatura de cordel), esse lugar parece ser ainda o espaço afirmativo do conhecido e não o da descoberta. Ou seja, em outros termos, não seria absurdo considerar que as pessoas estudam e pesquisam aquilo a que elas estão mais expostas. Contudo, se isso é verdadeiro, cabe uma ponderação sobre o tipo de exposição e sua eficácia, particularmente se pensarmos a relação entre esses dados relativos à produção acadêmica (dissertações e teses) e a distribuição dos conteúdos da disciplina de Literatura Portuguesa nos currículos dos cursos de Letras anteriormente apresentados.

Como pudemos comprovar, por mais de trinta anos apareceram reservadas no conjunto de disciplinas de Literatura Portuguesa duas exclusivas para o estudo das obras de Camões e de Fernando Pessoa. Isso revela, portanto, um sentido de afirmação da importância canônica de tais autores não apenas no âmbito do ensino, mas também o intuito de se converterem em objetos de pesquisa futuros dos alunos, uma vez que as disciplinas V e VI, apesar de não obrigatórias, eram voltadas, como seus programas dizem, para a iniciação do aluno ao estudo especializado da literatura. Quando tomamos isso por base para olharmos os dados relativos à produção em pesquisa, vemos que a exposição dos alunos de graduação a esses dois autores por meio do oferecimento contínuo durante mais de trinta anos de duas disciplinas específicas reservadas a eles não garantiu que se transformassem ambos nos autores mais estudados nas pesquisas de pós-graduação nesta universidade. Fernando Pessoa aparece em terceiro lugar e Camões, curiosamente, como vimos, figura em décimo quinto, sendo objeto de estudo em apenas oito trabalhos. No caso em tela, a luz midiática alimentada pelo prêmio Nobel lançada sobre Saramago parece ter tido mais peso na tendência das pesquisas realizadas na área de Literatura Portuguesa na USP do que um currículo que reservou, por mais de 30 anos, duas disciplinas exclusivas ao estudo das obras de Camões e Fernando Pessoa.

Em se levando em conta os dados apresentados, se, por um lado, é possível considerar que eles podem endossar o pressuposto da universidade como instância legitimadora da literatura, por meio do reforço do canônico; por outro, também permitem concluir que, no que toca à questão do currículo, o reforço do canônico acaba

por denunciar também um movimento paradoxal de necessário ocultamento do canônico; já no que se refere à produção em pesquisa, é possível concluir que há forças outras, tais como a exposição midiática, atuando sobre tal instância legitimadora. Isso permite concluir que a força de legitimação da universidade, muitas vezes, não provém de seu próprio interior, mas é a ela imposta, de algum modo, por outras instâncias legitimadoras. Essa constatação, com base em elementos objetivos, permite, no mínimo, que se lance um questionamento a respeito do caráter autônomo da universidade quando pensada como instância de legitimação da literatura e como proponente do canônico.

## Referências

- ABREU, Márcia. **Cultura letrada: literatura e leitura**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.
- Anuário Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, da Universidade de São Paulo, Seção de Publicações, 1936.
- Anuário Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, da Universidade de São Paulo, Seção de Publicações, 1937-38.
- Anuário Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, da Universidade de São Paulo – Volumes 1 e 2, Seção de Publicações, 1939-49.
- Anuário Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, da Universidade de São Paulo, Seção de Publicações, 1950.
- Anuário Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, da Universidade de São Paulo, Seção de Publicações, 1951.
- Anuário Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, da Universidade de São Paulo, Seção de Publicações, 1952.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras No. 2. São Paulo, 1942.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras No. 3. São Paulo, 1947.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras No. 4. São Paulo, 1948.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras No. 5. São Paulo, 1948.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras No. 7. São Paulo, 1951.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras No. 8. São Paulo, 1951.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras No. 9. São Paulo, 1951.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras No. 10. São Paulo, 1952.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras No. 11. São Paulo, 1954.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras No.12. São Paulo, 1955.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras No.13. São Paulo, 1957.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras No. 14. São Paulo, 1962.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras No. 15. São Paulo, 1962.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras No. 16. São Paulo, 1966.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras (Nova Série) No. 1. São Paulo, 1978.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras (Nova Série) No. 2. São Paulo, 1978.
- Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*. Letras (Nova Série) No. 2. São Paulo, 1979.

- CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2004.
- CULLER, Jonathan. **Teoria Literária: uma introdução**. São Paulo: Becca, 1999.
- Programas aprovados pela congregação para o ano letivo de 1953*. São Paulo: Seção de Publicações da Universidade de São Paulo- USP, 1953.
- Programas aprovados pela congregação para o ano letivo de 1954*. Seção de Publicações da Universidade de São Paulo- USP, 1954.
- Programas aprovados pela congregação para o ano letivo de 1959*. São Paulo: Seção de Publicações da Universidade de São Paulo- USP, 1959.
- Programas aprovados pela congregação para o ano letivo de 1962*. São Paulo: Seção de Publicações da Universidade de São Paulo- USP, 1962.
- Programas aprovados pela congregação para o ano letivo de 1963*. São Paulo: Seção de Publicações da Universidade de São Paulo- USP, 1963.
- Programas aprovados pela congregação para o ano letivo de 1964*. São Paulo: Seção de Publicações da Universidade de São Paulo- USP, 1964.
- Programas aprovados pela congregação para o ano letivo de 1965*. São Paulo: Seção de Publicações da Universidade de São Paulo- USP, 1965.
- Programas aprovados pela congregação para o ano letivo de 1966*. São Paulo: Seção de Publicações da Universidade de São Paulo- USP, 1966.
- Programas aprovados pela congregação para o ano letivo de 1967*. São Paulo: Seção de Publicações da Universidade de São Paulo- USP, 1967.
- Programas aprovados pela congregação para o ano letivo de 1968*. São Paulo: Seção de Publicações da Universidade de São Paulo- USP, 1968.
- Programas do Curso de Letras (Clássicas e Vernáculas)*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Seção de Publicações, Universidade de São Paulo, 1970; 1971; 1972;1973; 1974; 1975; 1976; 1977; 1979; 1980; 1981; 1982; 1983; 1984; 1985;1986;1987; 1988; 1989; 1990; 1991; 1992; 1993; 1994; 1995; 1996; 2000; 2001; 2002.
- SANTILLI, Maria Aparecida. *Literatura Portuguesa*. In: **Estudos Avançados**. 8 (22), 1994. Pp. 427-429.